

Sala de Recursos **Multifuncionais**

Espaço para Atendimento
Educativo Especializado

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Secretário Executivo do Ministério da Educação
Jairo Jorge da Silva

Secretária de Educação Especial
Claudia Pereira Dutra

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS:
ESPAÇO PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS:
ESPAÇO PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

BRASÍLIA-2006

Secretária de Educação Especial

Claudia Pereira Dutra

Diretora do Departamento de Políticas de Educação Especial

Claudia Maffini Griboski

Coordenadora de Articulação da Política de Inclusão

Denise de Oliveira Alves

Elaboração:

Denise de Oliveira Alves

Marlene de Oliveira Alves

Claudia Pereira Dutra

Claudia Maffini Griboski

Colaboração:

Carolina Rizzotto Schirmer

Maria Glória Batista da Mota

Renata Rodrigues Maia Pinto

Rita de Cássia Reckiegel Bersch

Tiragem: 5000

Endereço:

Esplanada dos Ministérios

Bloco L-6º andar

CEP: 70047-901-Brasília-DF

E-mail: seesp@mec.gov.br

www.mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Alves, Denise de Oliveira

Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado / elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti,

Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 36

p.

1. Atendimento em sala de recursos. 2. Atendimento especializado. 3. Educação inclusiva 4. Alunos com necessidades especiais. I. Gotti, Marlene de Oliveira. II. Título.

CDU 376

SUMÁRIO

Apresentação	07
I -A Política de Inclusão Educacional	09
II - Sala de Recursos Multifuncionais	13
1. Concepção.....	13
2. Definição de atendimento educacional especializado	15
3. Alunos atendidos	15
4. Perfil do professor.....	17
5. Ajudas técnicas e tecnologias assistivas.....	18
6. Sugestões de recursos e materiais	20
III -Atendimento Educacional Especializado	21
1. Alunos com deficiência mental	21
2. Alunos surdos ou com deficiência auditiva	24
3. Alunos com deficiência visual	26
4. Alunos com deficiência física	28
5. Alunos com dificuldades de comunicação expressiva	31
6. Alunos com altas habilidades/superdotação	32
IV- Bibliografia.....	36

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Educação implementa uma política de inclusão que pressupõe a reestruturação do sistema educacional, com o objetivo de tornar a escola um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais.

O documento *Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado* se destina aos gestores e educadores dos sistemas educacionais e visa subsidiar técnica e pedagogicamente a organização dos serviços de atendimento educacional especializado que favoreça a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do Ensino Regular.

Essas orientações têm por objetivo apoiar o processo de implantação de salas de recursos, onde sejam atendidas as necessidades educacionais especiais de cada aluno, transformando as atitudes que impedem o acesso às classes comuns do ensino regular e tornando as escolas mais acessíveis.

Os princípios para organização das salas de recursos multifuncionais partem da concepção de que a escolarização de todos os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, realiza-se em classes comuns do Ensino Regular, quando se reconhece que cada criança aprende e se desenvolve de maneira diferente e que o atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização pode ser desenvolvido em outro espaço escolar.

O ambiente de aprendizagem é o ensino regular, no qual se flexibiliza o processo pedagógico, para que todos possam ter acesso ao currículo, beneficiando-se da escolarização. Para avançar nesse processo, além de conhecimentos e informações, é importante a conscientização dos direitos dos alunos quanto as suas necessidades educacionais especiais para que sejam respeitadas e valorizadas as diferenças.

Nessa perspectiva, a Secretaria de Educação Especial/MEC, numa ação compartilhada com os estados e municípios, desenvolve o *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade* que tem entre seus objetivos o de apoiar a implantação de salas de recursos multifuncionais para favorecer o processo de inclusão educacional na rede pública de ensino.

Claudia Pereira Dutra Secretária de
Educação Especial

I -A POLÍTICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com foco específico nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar.

Existem diversas formas de exclusão escolar, dentre elas, destaca-se aquela que diz respeito aos alunos com necessidades educacionais especiais, os quais, historicamente, têm sido excluídos do processo de escolarização. A escola, tradicionalmente, tem apresentado uma forte tendência homogeneizadora e seletiva com relação aos alunos que não se adaptam ao padrão estabelecido.

No paradigma da educação inclusiva, resultante do conceito de sociedade também inclusiva, os sistemas e instituições sociais são adaptados às necessidades de todas as pessoas e não o contrário, quando os indivíduos estão sujeitos a se adaptarem às exigências do sistema. Nesse processo, a formação dos professores é fundamental para que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada aluno, de forma que uma incapacidade para andar, ouvir, enxergar, ou um déficit no desenvolvimento não sejam classificados como falta de competência para aprender e nem causa para que os alunos desistam da escolarização.

A atitude positiva da gestão da escola, o trabalho colaborativo desenvolvido por toda a equipe escolar, a parceria entre escola e família, a organização de recursos e a atenção às necessidades de cada aluno formam uma estrutura básica para melhorar a qualidade da educação, alterando o

modo como os alunos são tratados e avançando na compreensão de que as dificuldades de aprendizagem podem ser o resultado de um sistema não acolhedor.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, nos quais as escolas devem acolher todos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras, representam a possibilidade de combater a exclusão e responder às especificidades dos alunos.

A Declaração de Salamanca, 1994, afirma que todas as crianças têm necessidades e aprendizagens únicas, que têm o direito de ir à escola da sua comunidade, com acesso ao Ensino Regular, e que os sistemas educacionais devem implementar programas, considerando a diversidade humana e desenvolvendo uma pedagogia centrada na criança.

A organização do sistema educacional orientada nos princípios da educação inclusiva possibilita quebrar o ciclo de exclusão, desafiar os preconceitos, dar visibilidade às pessoas com deficiência e oportunidade para que essas construam o seu próprio futuro. Ao compreender que todas as crianças devem estar com suas famílias e em suas comunidades, a política de inclusão afirma os direitos humanos e fortalece a participação, superando os preconceitos que persistem na sociedade. Para eliminar as barreiras centradas nas atitudes é preciso desfazer a cultura da segregação, desmistificar a idéia de que a deficiência está associada à incapacidade. As experiências de inclusão demonstram que no contexto escolar, as crianças aceitam as diferenças e aprendem a não discriminar.

A educação inclusiva melhora a qualidade do ensino para todos, atua como impulsionadora das mudanças nas práticas educacionais nas escolas, desafiando os professores a desenvolverem novas metodologias para a participação ativa que beneficie todos os alunos. Além das competências de que os professores necessitam para proporcionar uma educação de qualidade para todos, muitas vezes, são necessárias ajudas técnicas ou equipamentos específicos para atender às necessidades educacionais especiais, bem como a atuação conjunta de outros profissionais na promoção da acessibilidade.

O conceito de inclusão reflete, também, uma nova abordagem na elaboração das políticas públicas que reforçam a concepção de transversalidade da educação especial nos programas educacionais, reforça ainda, as relações dessa modalidade de educação com as demais áreas, assegurando assim, a acessibilidade dos alunos e a oportunidade de satisfação de suas necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino.

Experiências educacionais têm demonstrado práticas de violação dos direitos das crianças e adolescentes nas escolas, identificando a exclusão nas seguintes situações: os educadores dizem não estarem preparados para receber alunos com necessidades educacionais especiais; as escolas não oferecem acessibilidade; as famílias desistem da escolarização de seus filhos porque muitas escolas não aceitam crianças com deficiência; a escolarização de alunos com deficiência mental se mantém no âmbito da Educação Infantil; os alunos abandonam as escolas que não respondem às suas necessidades.

Paradoxalmente a esse processo, experiências positivas afirmam que muitas crianças são incluídas, com sucesso, nas escolas de ensino regular, evidenciando o compromisso da gestão da escola na construção de um projeto pedagógico que contemple as diferenças e a organização de espaços para a realização do atendimento educacional especializado. Esse cenário positivo de crianças e adolescentes bem sucedidos educacionalmente, reforça ainda mais, a necessidade da efetivação da mudança estrutural na educação.

A transformação dos sistemas educacionais para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais significa uma mudança na gestão da educação que possibilita o acesso às classes comuns do Ensino Regular. Significa ainda a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado que propicia a eliminação das barreiras para o acesso ao currículo. Assim, uma nova gestão dos sistemas educacionais prevê a prioridade de ações de ampliação do acesso à Educação Infantil, o desenvolvimento de programas para a formação de professores e a adequação arquitetônica dos prédios escolares para acessibilidade. Preconiza também a organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações aos alunos com necessidades educacionais especiais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

As *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, 2001, em seu artigo 2º orientam que: "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". O *Plano Nacional de Educação*, 2001, destaca, no capítulo da Educação Especial, que "o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana".

O processo de inclusão educacional exige mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo e o rompimento com atitudes discriminatórias que

têm impedido o acesso de determinados alunos às classes comuns do Ensino Regular. O projeto do MEC de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais e estaduais tem como propósito apoiar os sistemas de ensino na oferta do atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao processo de escolarização, conforme previsto no inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº. 2/2001.

Os avanços da educação inclusiva mostram que os sistemas educacionais estão em processo de transformação e já refletem uma visão que transpõe a concepção tradicional de ensino, alterando o paradigma da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A iniciativa de implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, a sua participação e aprendizagem. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos.

II - SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS 1.

Concepção

A concepção de escola inclusiva se fundamenta no reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos, ao invés da imposição de rituais pedagógicos pré-estabelecidos que acabam por legitimar as desigualdades sociais e negar a diversidade. Nessa perspectiva, as escolas devem responder às necessidades educacionais especiais de seus alunos, considerando a complexidade e heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Para tanto, é necessária uma nova estrutura organizacional, com currículos flexíveis, estratégias teóricas metodológicas eficientes, recursos e parcerias com a comunidade.

A Educação Especial, como modalidade da educação escolar responsável pelo atendimento educacional especializado, organiza-se de modo a considerar a aproximação dos pressupostos teóricos à prática da educação inclusiva, a fim de cumprir dispositivos legais, políticos e filosóficos.

Os alunos com necessidades educacionais especiais têm assegurado na Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN - Lei nº. 9.394/96, no parecer do CNE/CEB nº. 17/01, na Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, na Lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica, o atendimento educacional especializado em salas de recursos constitui serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado¹, que suplementa, no caso dos alunos com altas habilidades/superdotação, e complementa, no caso dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem vinculadas ou não à deficiência. Esse serviço se realiza em espaço dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas mais próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos em horário diferente daquele em que freqüentam a classe comum.

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular.

A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngües. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

A escola deve articular junto à gestão da sua rede de ensino, as condições necessárias para a implementação das salas de recursos multifuncionais, bem como a definição de procedimentos pedagógicos e a participação dos pais ou responsáveis.

¹ O professor especializado em Educação Especial deve comprovar pós-graduação, graduação ou cursos de formação continuada nas áreas específicas de Educação Especial. Ver artigo nº. 18, § 2º e 3º da Resolução do CNE/CEB 2/2001.

2. Definição de Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

O atendimento educacional especializado constitui parte diversificada² do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em salas de recursos se destacam: o ensino da Libras, o sistema Braille³ e o Soroban⁴, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros.

Além do atendimento educacional especializado realizado em salas de recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, como, por exemplo, os serviços de tradutor e intérprete de Libras e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnologias assistivas, entre outros.

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos Programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos.

3. Alunos atendidos

A sala de recursos multifuncionais é um espaço para a realização do atendimento educacional especializado de alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em três grupos:

² - A LDB, em seu artigo 26, determina: "Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela".

³ - Sistema Braille é um sistema de leitura e escrita em relevo constituído de 64 símbolos resultantes da combinação de seis pontos, dispostos em duas colunas de três.

⁴ - Soroban é um instrumento de cálculo de procedência japonesa, adaptado para uso de pessoas cegas.

- alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos;
- alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico.

Incluem-se, nesses grupos, alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como, autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros.

Esses alunos que, muitas vezes, não têm encontrado respostas às suas necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, poderão ser beneficiados com os recursos de acessibilidade por meio de ajudas técnicas e de tecnologias assistivas, utilização de linguagens e códigos aplicáveis e pela abordagem pedagógica que possibilite seu acesso ao currículo.

Nesse sentido, não se teve a pretensão de esgotar o amplo espectro de alunos que têm direito ao atendimento educacional especializado, ficando os sistemas de ensino com a responsabilidade e autonomia para se organizar conforme as necessidades apresentadas por seus alunos.

Segundo o parecer CNE/CEB n°. 17/01, o projeto pedagógico de uma escola inclusiva deverá atender ao princípio da flexibilidade para que o acesso ao currículo seja adequado às condições do aluno, favorecendo seu processo escolar. Dessa forma, devem ser observadas as variáveis que podem interferir no processo de aprendizagem tais como: as de cunho individual do aluno, as condições da escola, a prática docente, as diretrizes do sistema de ensino, bem como a relação entre todas elas.

Portanto, são beneficiados com atendimento educacional especializado todos os alunos que encontram respostas às suas necessidades educacionais especiais. Essas respostas são estabelecidas na relação entre a modalidade da Educação Especial e as etapas da educação.

4. Perfil do professor

O professor da sala de recursos multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

O professor da sala de recursos multifuncionais tem como atribuições:

- atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;
- promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;
- orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
- informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- preparar material específico para uso dos alunos na sala de recursos;
- orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;
- indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade;
- articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Salienta-se que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar.

5. Ajudas Técnicas e Tecnologias Assistivas

As ajudas técnicas possuíam uma orientação predominantemente voltada para o suporte à ação médica e à reabilitação, de forma que a ênfase desses recursos era colocada apenas na patologia e nas estratégias de redução das dificuldades das pessoas com deficiência.

Ampliando essa orientação, a Lei nº. 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, dispôs que o poder público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas. Na regulamentação da Lei, o art. 61 do Decreto nº. 5.296/04 definiu: "consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida".

Recentemente foi inserida na cultura educacional brasileira, a terminologia *tecnologias assistivas*, apresentando-se paralelamente à expressão *ajudas técnicas*, no que diz respeito aos *recursos* que favorecem a funcionalidade e aos *serviços* que têm por objetivo promover a avaliação, indicação, confecção e orientação para o desenvolvimento de autonomia funcional do usuário da tecnologia assistiva.

Tecnologia assistiva, portanto, é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão.

Ainda, de acordo com Dias de Sá (2003) a tecnologia assistiva deve ser compreendida como resolução de problemas funcionais, em uma perspectiva de desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de desejos, habilidades, expectativas positivas e da qualidade de vida, as

quais incluem recursos de comunicação alternativa, de acessibilidade ao computador, de atividades de vida diária, de orientação e mobilidade, de adequação postural, de adaptação de veículos, órteses e próteses, entre outros.

Nesse sentido, o Ministério da Ciência e Tecnologia (2005) definiu as tecnologias assistivas como aquelas que reduzem ou eliminem as limitações decorrentes das deficiências física, mental, visual, auditiva, a fim de colaborar para a inclusão social das pessoas com deficiência e dos idosos.

Essa concepção efetiva o disposto na Constituição Federal de 88, que garante às pessoas com deficiência, o direito ao atendimento educacional especializado, o qual deve contemplar as ajudas técnicas e as 'tecnologias assistivas'.

No desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, as ajudas técnicas e as tecnologias assistivas estão inseridas no contexto da educação brasileira, dirigidas à promoção da inclusão de todos os alunos nas escolas. Portanto, o espaço escolar deve ser estruturado como aquele que oferece também as ajudas técnicas e os serviços de tecnologia assistiva.

A tecnologia assistiva é classificada em várias áreas de especialização importantes no processo educacional, sendo entendida como recursos para alunos cegos ou com baixa visão; surdos, ou com déficit auditivo; com deficiência mental; com deficiência física, superdotados, destacando-se o material escolar pedagógico adaptado; a adequação de postura (mobiliário); a mobilidade; a comunicação aumentativa e alternativa; a informática acessível e os projetos arquitetônicos para acessibilidade, entre outros.

Dessa forma, as ajudas técnicas e as 'tecnologias assistivas' constituem campo de atuação da educação especial que têm por finalidade atender o que é específico dos alunos com necessidades educacionais especiais, buscando recursos e estratégias que favoreçam seu processo de aprendizagem, habilitando-os funcionalmente na realização de tarefas escolares.

No processo educacional, poderão ser utilizadas nas salas de recursos, tanto a *tecnologia avançada*, quanto os computadores e *softwares* específicos, como também os recursos de *baixa tecnologia*, que podem ser obtidos ou confeccionados artesanalmente pelo professor, a partir de materiais que fazem parte do cotidiano escolar.

6. Sugestões de Materiais e Recursos

Entre a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na sala de recursos multifuncionais, destacam-se:

- jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e materiais pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a critérios de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São muito úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, ímãs, etc;
- jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor, ou ainda aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, cálculo, ciências, geografia, história e outros;
- livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros de histórias virtuais, livros falados, livros de histórias adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingüe: Libras/Português/Inglês e outros;
- recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta ponta porosa, engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livro (plano inclinado), tesoura adaptada, *softwares*, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades de vida diária, e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional;
- mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras.

III - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO 1.

Alunos com deficiência mental

Diferenciando-se dos espaços tradicionalmente organizados de forma segregada para o atendimento educacional dos alunos com deficiência mental em classes e escolas especiais, a proposta da sala de recursos multifuncionais pressupõe que a construção do conhecimento por pessoas com ou sem deficiência mental se dá na interação com a diversidade. Nesse contexto, a deficiência mental que se constitui em defasagem e alterações nas estruturas mentais para a construção do conhecimento não é concebida como ausência de capacidade de abstração, generalização ou aptidão.

Assim, o direito à escolarização em classes comuns do ensino regular deve ser garantido aos alunos com deficiência mental, bem como o atendimento educacional especializado que deve ser assegurado nas salas de recursos multifuncionais.

Nesses espaços de atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental, os professores realizam a mediação docente de forma a desenvolver os processos cognitivos, também chamados processos mentais, que oportunizam a produção do conhecimento.

É interessante ressaltar que as propostas pedagógicas direcionadas ao aluno com deficiência mental têm sido historicamente influenciadas por referenciais inatistas⁵ e ambientalistas⁶, os quais dão margem a uma variedade de metodologias de treinamento, categorização e etiquetagem, bem como à necessidade de detecção precisa da deficiência, com o conseqüente desenvolvimento de testes de inteligência e outras técnicas de diagnóstico quantitativo. Entretanto, durante as décadas de sessenta e setenta, em

⁵ Segundo a concepção inatista os eventos que ocorrem após o nascimento não são essenciais para o desenvolvimento humano, uma vez que as qualidades e capacidades básicas de cada pessoa já se encontrariam "prontas" e em sua forma final ao nascer, (DAVIS & OLIVEIRA, 1990).

⁶ Segundo a concepção ambientalista a experiência sensorial é a base do conhecimento. Nesse sentido, atribui imensa importância ao ambiente no desenvolvimento humano, (DAVIS & OLIVEIRA, 1990).

decorrência da contribuição de muitas disciplinas e ramos da ciência, uma grande "revolução" se deu no conceito de deficiência. Tal alteração teve por base uma mudança de perspectiva, na qual não mais se focaliza a deficiência "do indivíduo e no indivíduo" e sim, os condicionantes socioculturais que contribuem, ou não, para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Situam-se nesse cenário as contribuições da psicologia e da epistemologia genética de Jean Piaget, que alteraram de forma definitiva, as teorias vigentes sobre a mente humana, rompendo com barreiras conceituais e metodológicas que impediam a compreensão sobre as reais condições de aprendizagem desses alunos. Nessa perspectiva, as pessoas com deficiência mental passam pelos mesmos estágios de desenvolvimento cognitivo (sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto, operatório formal), pelos quais as demais pessoas passam, realizando processos similares de construção e objetivação do conhecimento.

Vygotsky (1989) afirma que uma criança com deficiência mental não é simplesmente menos desenvolvida que outra da sua idade, mas é uma criança que se desenvolve de outro modo. Para ele, as funções psicológicas superiores, que são características do ser humano, estão ancoradas, por um lado, nas características biológicas da espécie humana e, por outro, são desenvolvidas ao longo de sua história social. Assim, não existe uma única forma de aprender e tampouco uma única forma de ensinar, mas o "bom aprendizado" é, para Vygotsky, aquele que envolve sempre a interação com outros indivíduos e a interferência direta ou indireta deles, e, fundamentalmente, o respeito ao modo peculiar de cada um aprender.

Assim, tanto as pesquisas de inspiração interacionista⁷ quanto a constatação empírica, confirmam que as pessoas com deficiência mental se diferenciam das pessoas sem deficiência muito mais pelo ritmo de construção das estruturas do conhecimento do que pela forma como conseguem evoluir intelectualmente. Conforme Mantoan (1997), não existe uma diferença estrutural no desenvolvimento cognitivo de pessoas deficientes e, embora existam lentidões significativas no desenvolvimento intelectual, a inteligência de pessoas deficientes, tanto quanto a inteligência de qualquer pessoa, possui plasticidade, o que faz com que sejam capazes de "evoluir, manter estáveis suas aquisições intelectuais, assim como generalizá-las para uma gama considerável de atividades", (p. 57).

⁷ A concepção interacionista se apóia na idéia de interação entre organismo e meio e vê a aquisição do conhecimento como um processo construído pela pessoa durante toda a sua vida, não estando pronto ao nascer nem sendo adquirido passivamente pelo meio (DAVIS & OLIVEIRA, 1990).

Na sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado para alunos com deficiência mental, são realizadas as adequações necessárias para participação e aprendizagem desses alunos, por meio de estratégias teórico-metodológicas que lhes permitam o desenvolvimento cognitivo e a apropriação ativa do saber. As atividades têm como objetivo o engajamento do aluno em um processo particular de descoberta e o desenvolvimento de relacionamento recíproco entre a sua resposta e o desafio apresentado pelo professor.

Diante de uma situação problema, o aluno que não apresente deficiência mental busca, por si só, alternativas para solucionar a mesma, enquanto o aluno com deficiência mental, devido a limitações estruturais de natureza orgânica, precisa, na maioria das vezes, de um apoio intencional para que possa estruturar condutas inteligentes. Observa-se, nessa situação, que é exigido desse aluno um maior esforço para o desenvolvimento de seus processos mentais, cabendo ao professor intensificar e complexificar as atividades, respeitando o ritmo e o estilo de aprendizagem do aluno.

Atribuições do professor de sala de recursos para alunos com deficiência mental

O atendimento educacional especializado realizado em sala de recursos deve se caracterizar como complemento curricular, de modo que atenda as necessidades educacionais de alunos com deficiência mental, priorizando o desenvolvimento dos processos mentais, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade. Nessa perspectiva, o professor da sala de recursos multifuncionais deve:

- realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros;
- proporcionar ao aluno o conhecimento de seu corpo, levando-o a usá-lo como instrumento de expressão consciente na busca de sua independência e na satisfação de suas necessidades;
- fortalecer a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações;
- propiciar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação;

- preparar materiais e atividades específicas para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

2. Alunos surdos ou com deficiência auditiva

A educação de pessoas surdas no Brasil realizava-se na concepção clínico-terapêutica e os professores tinham por objetivo fazer os alunos falarem. Sob esse ponto de vista, a Educação Especial esteve voltada à reabilitação da audição e da fala, considerada como sinônimo de linguagem.

A predominância desse modelo acarretou o uso concomitante de práticas pedagógicas e da saúde (fonoaudiologia) no atendimento educacional especializado, desenvolvido em escolas ou classes especiais para alunos surdos.

Nos últimos anos, as práticas, as representações sociais e as novas concepções de surdez passaram a ser edificadas com respaldo nos avanços científicos e nos estudos lingüísticos e sócios antropológicos. Essas concepções não negam que a surdez seja uma limitação auditiva, mas valorizam as potencialidades dos surdos expressas nas construções artísticas, lingüísticas e culturais. Nesse universo, a experiência visual traz às pessoas surdas a possibilidade de constituir sua subjetividade por meio de experiências cognitivas e lingüísticas diversas, mediadas por formas alternativas de comunicação simbólica, que encontram na língua de sinais seu principal meio de concretização.

Com base nesses estudos, representações da comunidade surda brasileira organizaram-se em associações e federações, que passaram a reivindicar mudanças no processo educacional dos alunos surdos e o reconhecimento da língua de sinais do Brasil.

O Brasil reconheceu a Língua Brasileira de Sinais, por meio da Lei n°. 10.436/02, (Lei de Libras), que determinou a inclusão desse conteúdo curricular em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos, definindo ainda que a Libras não substitui a Língua Portuguesa (escrita).

O Decreto n°. 5.626/05, que regulamentou a Lei de Libras definiu, entre outros aspectos, que os sistemas de ensino devem garantir a inclusão de pessoas surdas⁸ ou com deficiência auditiva⁹, por meio da organização de

⁸ Considera-se pessoa surda aquela que por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Ver Decreto n°. 5626/05, §2°.

⁹ Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Ver Decreto n°. 5.626/05, § 2°, parágrafo único.

escolas e classes bilíngües, nas quais a Libras e a Língua Portuguesa sejam línguas de instrução. Definiu, também, que além da escolarização esses alunos têm o direito ao atendimento educacional especializado em turno diferenciado, para o desenvolvimento de complementação curricular.

Essas mudanças que introduziram Libras no currículo tornaram seu ensino obrigatório. No entanto, se os pais ou os próprios alunos optarem pelo não uso da Libras, deverão formalizar essa preferência junto à escola. Nesse caso, professores, em interface com os profissionais da fonoaudiologia, deverão realizar um trabalho que promova a aquisição da modalidade oral da língua portuguesa pelo aluno com surdez, em turno distinto ao da escolarização.

A mudança de paradigma que possibilitou remover as barreiras do preconceito com relação à Língua de Sinais, aponta para a necessidade de reformulação no trabalho desenvolvido no atendimento educacional especializado, que passa a constituir um trabalho pedagógico de promoção de acessibilidade à comunicação, à informação e à educação.

A sala de recursos multifuncionais para os alunos surdos ou com deficiência auditiva é o espaço organizado para o atendimento educacional especializado, necessário aos alunos que apresentam condições de comunicação e sinalização diferenciadas das dos demais colegas. Esses alunos podem demandar, ao longo de sua aprendizagem, o desenvolvimento de instrumentos lingüísticos (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa), necessários para sua inclusão educacional e social.

Atribuições do professor da sala de recursos para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com surdez ou deficiência auditiva

As salas de recursos para alunos surdos ou com deficiência auditiva são espaços educacionais destinados à realização da complementação curricular específica, em turno contrário ao da classe comum. O objetivo da organização dessas salas é viabilizar condições para o acesso aos níveis mais elevados de ensino, considerando que esses alunos têm condições de comunicação diferenciada.

Nessas salas de recursos, o professor, preferencialmente bilíngüe, com conhecimentos acerca de metodologias para o ensino de línguas deve:

- complementar os estudos referentes aos conhecimentos construídos nas classes comuns do ensino regular;

- ofertar suporte pedagógico aos alunos, facilitando-lhes o acesso a todos os conteúdos curriculares;
- promover o aprendizado da Libras para o aluno que optar pelo seu uso;
- utilizar as tecnologias de informação e comunicação para a aprendizagem da Libras e da Língua Portuguesa;
- desenvolver a Libras como atividade pedagógica, instrumental, dialógica e de conversação;
- promover a aprendizagem da Língua Portuguesa para alunos surdos, como segunda língua, de forma instrumental, dialógica e de conversação;
- aprofundar os estudos relativos à disciplina de Língua Portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- produzir materiais bilíngües, (Libras-Português-Libras);
- favorecer a convivência entre os alunos surdos para o aprendizado e o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais;
- utilizar equipamentos de amplificação sonora e efetivar interface com a fonoaudiologia para atender alunos com resíduos auditivos, quando esta for a opção da família ou do aluno.

3. Alunos com deficiência visual

Os alunos com deficiência visual apresentam uma variação de perdas que poderá se manifestar em diferentes graus de acuidade visual, conforme detalhado nas definições médicas e educacionais que definem *peessoas cegas*¹⁰ ou *com baixa visão*¹¹.

Por ser a deficiência visual uma limitação sensorial, ela pode manifestar efeitos sobre o desenvolvimento da criança, quando esta não for atendida em suas especificidades. O atendimento às suas necessidades educacionais especiais inclui variedade de experiências, formação de conceitos, orientação e mobilidade, interação com o ambiente e acesso a informações impressas em braille, em caracteres ampliados e outros.

¹⁰ *Pessoas Cegas*: aquelas cuja acuidade visual é igual ou menor que 20/200, ou cujo campo visual é inferior a 20° no melhor olho. Pessoas que apresentam desde a ausência total da visão, até a perda da projeção de luz.

¹¹ *Pessoas com Baixa Visão*: aquelas que apresentam alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual. Pessoas que apresentam "desde condições de indicar projeção de luz, até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho", (MEC, 2005).

O processo de aprendizagem de alunos cegos se desenvolve por meio da utilização dos sentidos remanescentes, tato, audição, olfato, paladar, utilizando o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita. Já o processo educativo de alunos com baixa visão se desenvolverá, principalmente, por meios visuais, ainda que com a utilização de recursos específicos, (MEC, 2005).

Os processos de construção do conhecimento pela criança cega são semelhantes aos das crianças videntes. Porém, os profissionais que atuam nessa área devem proporcionar experiências que desenvolvam habilidades aprendidas naturalmente pelas pessoas videntes. Existem, portanto, atividades que precisam ser deliberadamente ensinadas para as crianças cegas para que possam estabelecer relações com o meio e perceber formas, tamanho, distância, posição e localização de objetos.

Dessa forma, o atendimento educacional especializado, em sala de recursos multifuncionais para alunos com deficiência visual, deverá possibilitar o desenvolvimento das atividades mais simples de interação com o mundo, a realização do processo de alfabetização pelo Sistema Braille ou a utilização de caracteres ampliados ou recursos específicos conforme a necessidade dos alunos com baixa visão. Também, deverá possibilitar atendimento nas áreas específicas de orientação e mobilidade, atividades da vida diária, escrita cursiva, soroban, acesso às tecnologias de informação e outros.

A sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência visual é um ambiente dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados à natureza das suas necessidades e que possibilitam o acesso à informação, à comunicação, com adequações que visam facilitar a inclusão no ensino regular, em caráter complementar e não substitutivo da escolarização realizada em sala de aula.

Atribuições do professor da sala de recursos para atendimento às necessidades dos alunos com deficiência visual

As salas de recursos são espaços onde professores operacionalizam as complementações curriculares específicas necessárias à educação dos alunos com deficiência visual, realizando o atendimento educacional especializado e a confecção de materiais adaptados. Nessas salas de recursos, os professores devem:

- promover e apoiar a alfabetização e o aprendizado pelo Sistema Braille;
- realizar a transcrição de materiais, braille/tinta, tinta/braille, e produzir gravação sonora de textos;

- realizar adaptação de gráficos, mapas, tabelas e outros materiais didáticos para uso de alunos cegos;
- promover a utilização de recursos ópticos, (lupas manuais e eletrônicas) e não ópticos, (cadernos de pauta ampliada, iluminação, lápis e canetas adequadas);
- adaptar material em caracteres ampliados para uso de alunos com baixa visão, além de disponibilizar outros materiais didáticos;
- desenvolver técnicas e vivências de orientação e mobilidade e atividades da vida diária para autonomia e independência;
- desenvolver o ensino para o uso do soroban;
- promover adequações necessárias para o uso de tecnologias de informação e comunicação.

4. Alunos com deficiência física

A discussão sobre uma escola acolhedora, responsiva às diferenças humanas, tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção do aluno com necessidades educacionais especiais em ambientes inclusivos. Em consonância com o paradigma da educação inclusiva, a proposta de atendimento educacional especializado para alunos com deficiência física deve ter como base, a reflexão sobre as dimensões físicas e as atitudes que permeiam o ambiente escolar. Diversos elementos, que vão desde as condições de acesso, como o transporte adaptado e a arquitetura dos prédios escolares, até as barreiras discriminatórias que limitam a permanência com sucesso na escola, precisam ser consideradas.

Um dos avanços recentes com relação à garantia de acessibilidade aos ambientes foi a publicação do Decreto nº. 5.296/04 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, definindo condições para acesso, movimento, circulação e utilização, com segurança e autonomia, dos mobiliários, equipamentos, espaços, edificações, serviços de transporte, bem como, acesso à comunicação e informação.

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida, (MEC, 2004).

Tratando-se especificamente dos processos de ensinar e de aprender, é importante ressaltar que alunos com deficiência física constroem conhecimentos da mesma forma que os demais alunos, requerendo, entretanto, algumas alternativas metodológicas diferenciadas.

Com o propósito de adequar metodologias de ensino às características de cada pessoa com deficiência física, respeitando suas diferenças individuais, a Educação Física Adaptada, por exemplo, surgiu oficialmente nos cursos de graduação, prevendo a atuação do professor de Educação Física junto aos alunos com deficiência física e outras necessidades educacionais especiais. Essa área tem como objeto de estudo, a motricidade humana direcionada às pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida e, em seus conteúdos, não se diferencia da Educação Física, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados no trabalho com os alunos.

Contribuindo para que se desfaça um imaginário, segundo o qual, apenas uma parcela de alunos, em geral os mais "habilidosos", pode estar efetivamente engajada nas atividades propostas pelos professores, a concepção de inclusão traz o entendimento de que as deficiências fazem parte da diversidade humana e, portanto, as respostas às necessidades educacionais especiais devem estar presentes nas práticas pedagógicas.

Cabe ao professor da sala de recursos, atuar conjuntamente com o professor da classe comum, para orientá-lo acerca da participação efetiva do aluno com deficiência física nas atividades recreativas, esportivas e culturais da escola, trabalhando, fundamentalmente, os aspectos relacionados ao desenvolvimento da auto estima, auto valorização e auto imagem, devendo buscar ainda, estimular a independência e a autonomia, bem como a socialização desse aluno com outros grupos.

Nesse contexto, no atendimento educacional especializado para alunos com deficiência física, é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial dos alunos. De acordo com a limitação física apresentada, é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação, buscando viabilizar a participação do aluno nas situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e possibilidades de movimento e venha interagir e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida.

O desenvolvimento de ajudas técnicas e de tecnologias assistivas nas salas de recursos faz-se necessário para promover modificações nos ambientes e currículos, considerando as diferenças e as capacidades físicas. Assim, os recursos só adquirem funcionalidade quando permitem que as potencialidades possam ser expressas.

A escola, no atendimento aos alunos com deficiência física, deverá promover condições de acessibilidade por meio da adequação do mobiliário escolar, da eliminação de barreiras arquitetônicas, da disponibilidade de recursos, materiais escolares e pedagógicos adaptados e de equipamentos de informática acessíveis que os habilite para o uso independente do computador, que lhes garanta formas alternativas de acesso à produção do conhecimento.

Atribuições do Professor de Sala de Recursos

- Orientar o professor da classe comum sobre estratégias que favoreçam autonomia e envolvimento do aluno em todas as atividades propostas ao grupo;
- orientar o professor quanto ao uso da metodologia da Educação Física Adaptada;
- operacionalizar as complementações curriculares específicas necessárias à educação dos alunos com deficiência física no que se refere ao manejo de materiais adaptados e à escrita alternativa, (quando necessário), às vivências de mobilidade e acesso a todos os espaços da escola e atividades da vida diária, que envolvam a rotina escolar, dentre outras;
- orientar os alunos para a adaptação ao uso de próteses, de membro superior ou inferior;
- introduzir o aluno no aprendizado da informática acessível, identificando qual o melhor recurso de tecnologia assistiva que atende às suas necessidades, considerando a sua habilidade física e sensorial atual, e capacitá-lo para o uso independente do computador;
- promover a inserção dos recursos de tecnologias de informação e comunicação no espaço da sala de aula;
- realizar adequação de material didático pedagógico para atender as necessidades dos alunos.

5. Alunos com dificuldades de comunicação expressiva

Todas as pessoas têm a capacidade de desenvolver linguagem, porém algumas têm limitações para expressá-la de forma oral, escrita, gestual ou sinalizada. Portanto, o atendimento educacional especializado para alunos que apresentam essa limitação, objetiva, dentre outros, desenvolver formas de comunicação simbólica, estimulando o aprendizado da linguagem expressiva.

As salas de recursos para atendimento às necessidades educacionais dos alunos com dificuldades de comunicação expressiva constituem espaços para atendimento educacional especializado, que têm entre seus objetivos, o de prover recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa. Esses alunos, embora possam ter limitações de naturezas diversas, paralisia cerebral, autismo, deficiência mental e outras, podem se beneficiar de recursos e meios alternativos de comunicação.

Todas as manifestações expressivas dos alunos deverão ser valorizadas e o professor, baseado nessas manifestações, deve confeccionar pranchas de comunicação que contemplem, além do vocabulário do aluno, outros símbolos gráficos de relevância para sua interação no contexto escolar, social e familiar, que atendam a sua necessidade comunicativa.

Atribuições do professor de sala de recursos para alunos com dificuldades de comunicação expressiva

- Garantir o suprimento de material específico de Comunicação Aumentativa e Alternativa (pranchas, cartões de comunicação, vocalizadores e outros), que atendam a necessidade comunicativa do aluno no espaço escolar;
- adaptar material pedagógico (jogos e livros de histórias) com a simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temáticas para cada atividade, com objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e a ampliação de vocabulário de símbolos gráficos;
- identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda as necessidades dos alunos, de acordo com sua habilidade física e sensorial atual, e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível;
- habilitar os alunos para o uso de "softwares" específicos de Comunicação Aumentativa e Alternativa, utilizando o computador como ferramenta de voz, a fim de lhes proporcionar expressão comunicativa;

- ampliar o repertório comunicativo do aluno, por meio das atividades curriculares e de vida diária;
- realizar atividades para desenvolver os processos mentais: atenção, percepção, memória, imaginação, criatividade, raciocínio, linguagem, entre outros.

6. Alunos com altas habilidades/superdotação

As salas de recursos multifuncionais para os alunos com altas habilidades/superdotação constituem espaços para atendimento às suas necessidades educacionais especiais, uma vez que esses apresentam características diferenciadas de aprendizagem ao longo de sua vida escolar. O atendimento educacional especializado nessas salas tem a função de viabilizar a suplementação curricular para que os alunos explorem áreas de interesse, aprofundem conhecimentos já adquiridos e desenvolvam habilidades relacionadas à criatividade, à resolução de problemas e ao raciocínio lógico. Também são espaços para o desenvolvimento de habilidades sócio emocionais, de motivação, de aquisição de conhecimentos referentes à aprendizagem de métodos e técnicas de pesquisa e de desenvolvimento de projetos.

De acordo com as *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, (2001), as altas habilidades/superdotação se referem aos alunos que apresentam grande facilidade de aprendizagem que os leva a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes. Por terem eles, condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos, devem receber desafios suplementares em classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menos tempo, a série ou etapa escolar.

Renzulli, (1986, 2001), propõe uma definição de superdotação denominada concepção dos três anéis, que afirma ser essa, o resultado da interação de três fatores de comportamento:

- habilidade acima da média, que envolve duas dimensões: habilidades gerais, que consistem na capacidade de processar informações, de integrar experiências que resultem em respostas apropriadas e adequadas às novas situações e na capacidade de se engajar em novas situações; e, habilidades específicas, que consistem na capacidade de adquirir conhecimento, prática e habilidades para atuar em uma ou mais atividades de uma área específica;

- motivação ou envolvimento com a tarefa: refere-se a uma forma refinada e direcionada de motivação, uma energia canalizada para uma tarefa em particular ou área específica. Algumas palavras freqüentemente usadas para definir o envolvimento com a tarefa são perseverança, persistência, dedicação e auto confiança;
- criatividade: envolve aspectos que geralmente aparecem juntos na literatura, tais como fluência, flexibilidade e originalidade de pensamento e, ainda, curiosidade, sensibilidade, coragem para correr riscos e abertura a novas experiências. A criatividade não está, exclusivamente, relacionada à área artística, mas à qualquer área de interesse do aluno.

O desenvolvimento da criatividade e da motivação dentro da área de interesse e ou de habilidade do estudante, vem ampliar as possibilidades de que o aluno tenha sucesso e satisfação pessoal. Nesta definição, os três anéis não precisam estar presentes ao mesmo tempo e nem na mesma intensidade, mas é necessário que interajam em algum grau para que possam resultar em um alto nível de produtividade.

No trabalho em salas de recursos multifuncionais é importante buscar essas três dimensões, destacando os comportamentos e habilidades já evidentes e desenvolvendo outros para o sucesso na área de habilidade.

Algumas dificuldades de adaptação enfrentadas por alunos superdotados indicam que geralmente eles recusam os trabalhos escolares repetitivos e rotineiros e sentem falta de desafio. Dentre os problemas que poderão surgir nos processos de interação social, destaca-se que esses alunos, muitas vezes, escondem seus talentos para serem aceitos por seus pares e têm dificuldades em aceitar críticas, tendendo ao isolamento.

Portanto, a intervenção que a escola deve oferecer aos alunos com altas habilidades/superdotação, diz respeito à elaboração de um programa educacional desafiador, que ofereça uma combinação entre desenvolvimento social e acadêmico, levando em conta o ritmo, o nível e os padrões de aprendizagem de cada aluno.

Elaborar e aplicar programas em salas de recursos multifuncionais para o desenvolvimento do talento, das altas habilidades/superdotação significa desenvolver um currículo criativo e desafiador, criando um ambiente em que os alunos possam produzir conhecimentos e desenvolver técnicas de resolução criativa de problemas, explorando novos tópicos e idéias interessantes.

Dessa forma, a sala de recursos multifuncionais para alunos com altas habilidades/superdotação deve oferecer:

- estratégias de ensino planejadas para promover altos níveis de aprendizagem, produção criativa, motivação e respeito às diferenças de cada aluno;
- oportunidades para a descoberta do potencial dos alunos nas diversas áreas de ensino;
- identificação e realização de projetos do interesse, áreas de habilidade e preferências dos alunos;
- atividades de enriquecimento incluindo estudos independentes, pequenos grupos de investigação, pequenos cursos e projetos envolvendo métodos de pesquisa científica;
- desenvolvimento de projetos de acordo com as necessidades sociais da comunidade, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento local por meio de sugestões para a resolução de problemas enfrentados pela população;
- procedimentos de aceleração que possibilite o avanço dos alunos nas séries ou ciclos.

Atribuições do professor da sala de recursos para alunos com altas habilidades/superdotação

- Garantir o suprimento de materiais específicos para o desenvolvimento das habilidades e talentos, conforme as necessidades dos alunos;
- promover ou apoiar a realização das adequações, complementações ou suplementações curriculares ao processo de ensino e de aprendizagem, por meio de técnicas e procedimentos de enriquecimento, compactação ou aceleração curricular;
- promover ou apoiar a realização de cursos, participação em eventos, seminários, concursos e outros;
- orientar quanto ao uso de equipamentos e materiais específicos e ou estabelecer parcerias para esse fim, quando se tratar de assuntos especializados.

IV - BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, EM.L.S. & FLEITH, D.S **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. São Paulo: E.P.U. 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988
- BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Tecnologias assistivas e a promoção da inclusão social**. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Direito a Educação: Subsídios para gestão dos sistemas educacionais/orientações gerais e marcos legais**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos - caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão - Ensino Fundamental**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão - Educação Infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2005.
- DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. **Psicologia na Educação**. São Paulo: Cortez. 1990.
- FELIPE.T. A.; SALERNO, M. **Libras em Contexto: curso básico**. Brasília: Livro do Professor. Brasília. 2001
- FERNANDES. E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed. 2002.
- _____. **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação. 2005.

FERREIRA, L **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1995.

GUENTHER, Z. C. **Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão**. Petrópolis: Vozes. 2000.

MAIA-PINTO, R. R.; FLEITH, D. S. Avaliação das Atividades e Clima de Sala de Aula Implementados na Educação de Alunos Superdotados. **Psicologia Escolar e Educacional**, 55-77. 2004

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar: eis a questão - Explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

PINTO, R; CÔRREA, S. **Tecnologias Assistivas no Brasil**. Banco Mundial. 2003. Disponível em <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/entrada_pt.html>.

QUADROS. R.M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

____. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais**. Artigo Revista Textura. Ulbra, v. II. 1997.

RENZULLI, J.S. The three-ring conception of giftedness: A developmental model for creative productivity. Em R.J. Sternberg & J.E. Davidson (Orgs.), **Conception of giftedness** (pp. 53-92). New York: Cambridge University Press. 1986.

____. **Enriching curriculum for all Students**. Arlington Heights, IL: SkyLight. 2001.

SÁ. E. **Material Pedagógico e Tecnologias Assistivas**. Banco Mundial. 2003.

Disponível em <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/entrada_pt.html>.

SKLIAR, C. **Uma análise preliminar das variáveis que intervêm no Projeto de educação Bilíngüe para Surdos**. Rio de Janeiro: Espaço. 1997.

____. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. Cadernos de autoria. Porto Alegre: UFRGS. 1996.

VIGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. Lisboa: Antídoto. 1979.

**Sala de Recursos
Multifuncionais**

Espaço para Atendimento
Educaional Especializado

Secretaria de Educação Especial
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 6º andar, Gabinete
Cep: 70047-901 - Brasília-DF
Telefone: 0800 616161
e-mail: seesp@mec.gov.br
www.mec.gov.br



**Ministério
da Educação**

